



CONTROLE INTERNO FINANCEIRO NA TESOURARIA DE UMA LOJA MAÇÔNICA

Luciano Loiola da Costa
luciano.loiola@hotmail.com
UFRRJ

Rodrigo Carlos Marques Pereira
rodrigocmp@gmail.com
UFRRJ

Resumo: O objetivo deste trabalho foi analisar o controle interno executado na tesouraria de uma Loja Maçônica, caracterizando-a como uma entidade sem fins lucrativos. Em seu desenvolvimento foram avaliados seus controles financeiros utilizados, passando por revisão bibliográfica, análise dos controles executados e comparação prático-teórica. Como referencial teórico, buscou-se trabalhar os temas entidades sem fins lucrativos, lojas maçônicas e controles financeiros, como orçamento, fluxo de caixa, controle de caixa, contas a receber e a pagar. A metodologia utilizada foi uma pesquisa descritiva, bibliográfica e documental, de abordagem qualitativa, com a técnica de coleta de dados por análise documental. Os principais resultados apontaram uma ineficiência na execução do controle interno financeiro da entidade, obtidos após a comparação entre recomendações de autores de referência e modelos teóricos encontrados. Concluiu-se esta pesquisa com sugestões de adequações nos controles praticados na entidade aqui estudada.

Palavras Chave: Sem fins lucrativos - Controle Financeiro - Tesouraria - Loja Maçônica -



1. INTRODUÇÃO

Independente da área de atuação, Organizações do Terceiro Setor no Brasil buscam cumprir suas missões e alcançar seus objetivos sociais. Para isso, dependem de fontes de financiamento, que podem vir de setores públicos ou privados, como também da contribuição interna de seus membros ou associados, e, apesar de não buscarem lucro, necessitam de um eficiente controle financeiro para poderem se manter em funcionamento, permitindo que seus gestores tenham mecanismos para conduzir a entidade aos objetivos sociais a que se propõem.

Souza et al. (2017) mencionam que o controle financeiro é um mecanismo indispensável para os gestores avaliarem o modo pelo qual suas organizações estão sendo administradas, possibilitando um *feedback* da real situação financeira da instituição.

O objeto de estudo deste trabalho foi uma Loja Maçônica, organização civil sem fins lucrativos, localizada no Estado do Espírito Santo. Pelo menos 4.500 entidades são Lojas Maçônicas registradas como associações privadas no país, conforme consulta no Mapa das Organizações da Sociedade Civil no portal do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

A Maçonaria consiste em uma sociedade organizada, cujas ações são reservadas apenas àqueles que dela participam. Seus membros, denominados maçons, reúnem-se em células autônomas, chamadas de Lojas, todas iguais em direitos e deveres, e independentes entre si, reconhecidas como pessoas jurídicas de direito privado, registradas como associações civis sem fins lucrativos.

A Loja Maçônica objeto deste estudo, localizada no Estado do Espírito Santo, registrada como uma associação privada sem fins lucrativos, deve também controlar seus recursos financeiros de maneira eficiente para que possa permanecer em funcionamento, cumprindo sua missão social, além de alcançar seus objetivos ao longo prazo.

Essa Loja Maçônica, conforme os registros levantados por sua Tesouraria, encerrou o ano de 2019 com um valor a receber de R\$ 34.437,00, referente a mensalidades não pagas por seus membros. Diante de uma receita prevista de R\$ 101.056,00 para aquele ano, representou uma inadimplência de 34% para o período.

Ainda, atrasos constantes nos recebimentos de aluguéis referentes a dois imóveis pertencentes a Loja durante os anos de 2018 a 2021, Impostos Prediais e Territoriais Urbanos (IPTU's) não pago e meses em que as despesas superaram as receitas são alguns dos exemplos encontrados na vida financeira desta entidade. Uma situação que reflete preocupação e transtorno para a administração da entidade, bem como traz uma imprevisibilidade quanto a sua continuidade futura.

O desafio da Loja Maçônica estudada é conseguir gerenciar seus recursos financeiros de modo sustentável. Entretanto, como exemplo de uma entidade sem fins lucrativos, algumas situações se apresentam como desafios. Conforme Araujo (2005), “essas entidades são especialistas em atividades fim ligadas ao desenvolvimento social e ao campo de atuação das organizações, enquanto os recursos e a gestão de projetos representam atividades-meio para atingir o objetivo final da entidade”.

Isso acarreta a potencial adoção e prática de controles financeiros ineficientes, sem padronização e que não atendem a nenhuma norma. Para contornar essa dificuldade, Souza et al. (2017) ensinam que se faz necessário um controle financeiro eficaz que permita administrar o capital arrecadado de organizações sem fins lucrativos, dando transparência do que está sendo utilizado e quanto poderá ser investido.

Diante disso, o problema se baseia em saber: como os controles internos financeiros adotados na Tesouraria da Loja Maçônica estudada estão sendo executados?

Desta forma o objetivo deste trabalho foi analisar os controles internos financeiros utilizados na Tesouraria de uma Loja Maçônica, baseado nos métodos e ferramentas utilizados na instituição, ao buscar na literatura padrões de referências a serem adotados, na expectativa de sugerir recomendações e disseminar para associações similares.



2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS

Entidades sem fins lucrativos são organizações que não buscam o lucro, definida por Silva (1977, p.13) como “organismo econômico destinado a produção de mercadorias e/ou serviços, sem o objetivo de lucro”. Em regra, essas entidades estão inseridas no chamado “Terceiro Setor” e buscam o bem estar social por meio de atividades culturais, filantrópicas, recreativas, artísticas e religiosas.

Definido por Oliveira (2014, apud SOUZA, 2017, p.12), o terceiro setor consiste, basicamente, no conjunto de organizações cujos objetivos principais são sociais em vez de econômicos. A essência do setor engloba instituições de caridade, organizações religiosas, entidades voltadas para as artes, organizações comunitárias, sindicatos, associações profissionais e outras organizações voluntárias.

Quanto às entidades sem fins lucrativos, Magnus (2017), citando Silva (1977), comenta que essas organizações atendem parte dos anseios e carências da sociedade, visando amenizar problemas sociais e de interesse coletivo. Exemplifica, ainda, tais entidades como clubes esportivos, fundações educacionais, associações religiosas, instituições beneficentes, sociedades culturais e recreativas, etc.

2.2. LOJAS MAÇÔNICAS

Segundo Farias (1996 apud FERNANDES, 2006, p.20),

A Maçonaria é uma instituição de homens sábios e virtuosos, ligados por deveres de fraternidade e que se consideram irmãos entre si para viverem em perfeita igualdade e concorrerem pelo exemplo e pela prática das virtudes a fim de esclarecer os homens e prepará-los para a emancipação progressiva e pacífica da humanidade.

A Maçonaria é uma sociedade discreta, cujas ações são reservadas apenas àqueles que dela participam. Muitos descrevem erroneamente a Maçonaria como uma sociedade secreta, mas, se assim fosse, não poderiam ser revelados os objetivos sociais das lojas que a compõe, nem a identificação de seus membros. Somente são secretos sua ritualística e debates ocorridos durante suas sessões oficiais, fechadas ao público externo.

De acordo com Pereira (2022, p.3), "uma Loja Maçônica representa uma célula da Maçonaria, uma organização-base desta Instituição, onde pessoas que a ela pertencem se reúnem regulamente, embasada em regulamentos e valores".

Apesar de integrar uma organização maior, devendo obediência ritualística e à legislação maçônica, uma loja maçônica também é autônoma para redigir suas regras administrativas e financeiras. É uma organização reconhecida como pessoa jurídica de direito privado, composta de constituição e regulamentos, obrigada a estar registrada em cartório e fazer as declarações anuais, mas isenta do Imposto de Renda, por não ter fins lucrativos, e como uma associação civil, exercendo atividades de cunho filantrópico, cultural e recreativo.

Sob esta ótica, conforme De Souza (2020 apud PEREIRA, 2022, p.8), uma Loja Maçônica encontra-se categorizada com uma Organização do Terceiro Setor e toda Loja é uma Empresa Jurídica, estabelecida, pelo Código Civil Brasileiro, na forma de Associações.

Como uma associação civil, é formada por indivíduos que trabalham em conjunto com uma finalidade social, devendo ser gerida de forma responsável por uma diretoria, eleita por assembleia, constante em ata registrada, e orientada por seu estatuto social.

2.3. CONTROLE INTERNO FINANCEIRO



Acerca do tema deste trabalho, pode-se entender controle interno como "o conjunto de medidas adotadas pela empresa com o intuito de proteger o seu patrimônio, fornecendo registros contábeis fidedignos, possibilitando uma correta tomada de decisão" (MATTOS; MARIANO, 1999, p. 34).

Também, contribuindo, Magnus (2007) cita Almeida, dizendo que o controle interno representa em uma organização o conjunto de procedimentos, métodos e rotinas com os objetivos de proteger os ativos, produzir dados contábeis confiáveis e ajudar a administração na conduta ordenada dos negócios da empresa.

O controle interno pode ser entendido, então, como o conjunto de procedimentos para produzir dados confiáveis e ajudar a administração na gestão da organização. Assim, não importando o segmento, forma constitutiva ou área de atuação, qualquer organização precisa gerir sua rotina e recursos financeiros de forma eficaz para permitir a manutenção de suas atividades e sobrevivência futura.

Souza et al. (2017, p.89) afirma que "dispor de um controle financeiro adequado é essencial para manter a robustez financeira das organizações". Continua exemplificando que instrumentos tais como o planejamento financeiro do fluxo de caixa, a conciliação, bancária, o controle de contas a pagar, o controle de contas a receber, e o controle das despesas e orçamento podem contribuir para a eficácia financeira e operacional das entidades sem fins lucrativos.

Aprendendo com a Abong (2003), para uma eficiente gestão financeira em uma entidade sem fins lucrativos, o processo de controle financeiro inicia-se com a elaboração de um orçamento, a estruturação de um fundo de caixa para pagamento de pequenos gastos, adoção de um fluxo de caixa mensal, controle de contas a receber e a pagar, conciliação dos saldos de contas correntes, manutenção de escrita contábil e confecção relatórios financeiros apropriados.

É na tesouraria de uma organização que se adota controles internos de natureza financeira, sendo, então, o setor que realiza o controle das informações e movimentações financeiras da entidade, e dentre os principais métodos para controle financeiro, destacamos, então, o orçamento, fluxo de caixa, o controle bancário, contas a receber e contas a pagar.

2.4. ORÇAMENTO

O orçamento é a peça fundamental para todo o processo de controle financeiro. Novamente Souza et al. (2017), citando Grazioli (2015), afirmam que as organizações têm que controlar os seus recursos financeiros, fazendo uma análise total do projeto. Para isso, complementa, é recomendável que a gestão elabore um orçamento global para ser aplicado em um exercício anual dos recursos.

Os mesmos autores explicam que, nas entidades da sociedade civil de interesse público, o orçamento é caracterizado como um recurso elementar na composição dos projetos das diretrizes orçamentárias. Nesse contexto, sugerem que seja elaborado um orçamento global para ser aplicado em um controle anual dos recursos obtidos.

Souza (2017), lembrando Slomski et al. (2012), explica que os grupos de receitas que figuram nos orçamentos de entidades sem fins lucrativos "(fundações, associações, partidos políticos e organizações religiosas) são estruturados, normalmente, em dois grupos denominados: Receitas Próprias e Receitas de Doações e Contribuições".

2.5. FLUXO DE CAIXA

Não importando o tamanho, toda organização precisa da disponibilidade de dinheiro em caixa para cumprir suas obrigações imediatas, como pagamento a fornecedores, empregados e qualquer tipo de emergência em que se faz necessário o dispêndio de dinheiro. Não seria diferente, então, para uma entidade sem fins lucrativos, incluindo uma loja

maçônica, pois, como visto, trata-se de uma associação civil sem fins lucrativos, que possui missão e objetivos sociais dependentes de recursos financeiros.

Essa generalização encontra concordância com o preconizado por Frezatti (2014, p. 3): “a gestão do fluxo de caixa não se constitui em preocupação exclusiva das grandes empresas, ou mesmo daquelas voltadas para a obtenção do lucro, mas das organizações em geral”. É por meio do controle do fluxo de caixa que a entidade tem a visão de quanto exatamente tem disponível para atender aos compromissos financeiros atuais e futuros.

O fluxo de caixa é um processo de gerenciamento de caixa da organização, referindo-se à entrada e à saída do dinheiro do caixa da entidade durante um período de tempo, podendo ou não estar ligado a um projeto específico.

Entretanto, além do processo descrito acima, um fluxo de caixa também se apresenta como um relatório de controle financeiro. Conforme Zdanowicz (1995, p. 24), "o fluxo de caixa é um instrumento que relaciona o conjunto de ingressos e de desembolsos de recursos financeiro para determinado período".

O que nos interessa aqui é buscar os aspectos importantes a serem atendidos em um relatório de Fluxo de Caixa, que sirvam de parâmetro e referência para a Tesouraria de uma Loja Maçônica.

Segundo Frezatti (2014), um fluxo de caixa deve possuir: i) clareza quanto aos objetivos (para qual objetivo está sendo criado); ii) funcionalidade (deve ser entendido e utilizado de maneira simples); iii) exequibilidade (deve ser possível a sua confecção); iv) custo-benefício favorável (não se deve gastar mais do que o benefício gerado pelo relatório).

Além desses atributos, um fluxo de caixa também pode ter utilização estratégica. Conforme o mesmo Frezatti (2014, p.6):

O interessante em termos do que se pode esperar do instrumento está ligado ao seu alcance. Em algumas organizações, o fluxo de caixa é visto como um instrumento tático, a ser utilizado no dia a dia apenas. Tal visão poderia ser denominada de utilidade tática do fluxo de caixa. Em outros ele na verdade tem alcance maior, que poderíamos chamar de utilização estratégica do fluxo de caixa nos negócios da empresa.

Essa abordagem estratégica possibilita que uma organização projete seu resultado financeiro, permitindo uma expectativa de saldo financeiro a longo prazo e, desta forma, seja capaz de planejar ações futuras que exijam recursos financeiros, não se limitando apenas a execução orçamentária no presente. O fluxo de caixa deve auxiliar, antecipadamente, na determinação dos objetivos e metas a serem alcançadas pela entidade.

Importante também que o Fluxo de Caixa esteja integrado aos outros controles financeiros, como o de valores a receber e a pagar, ajudando, assim, "a gestão da entidade no sentido de saber exatamente quais valores tem a receber e a pagar com despesas e obrigações assumidas, e qual será o saldo disponível no final do período, ou seja, a diferença entre os recebimentos e os pagamentos" (SCHEUER, 2016).

2.6. CONTROLE BANCÁRIO

No mundo contemporâneo, praticamente todas as empresas, organizações e qualquer outro tipo de entidade fazem uso de serviços bancários, sejam dos bancos tradicionais ou bancos digitais, conhecidos como *fintechs*. Controlar a movimentação de valores financeiros nessas contas bancárias é de extrema importância, pois certamente a maior parte das disponibilidades financeiras a curto e longo prazo das organizações estão neste tipo de conta.

Pelas contas bancárias de uma instituição se têm os valores recebidos por meio de depósitos, cheques e transferência, sendo as saídas financeiras realizadas por saques, emissão de cheques, transferências e débitos em conta.



O controle bancário, segundo Almeida (2007 apud MAGNUS, 2007), é o conjunto de operações de registro, com objetivo de controlar o movimento financeiro da empresa, analisar e conferir, individualmente, as operações efetuadas junto aos estabelecimentos bancários.

Uma técnica de controle bancário é a conciliação bancária. Essa se caracteriza pela comparação ou confronto das movimentações da entidade com o extrato bancário. Tal técnica se baseia em "um comparativo entre as movimentações existentes em uma conta bancária e as existentes no controle financeiro" (Ribeiro; Timóteo, 2012, p.7).

De posse dos documentos bancários e dos relatórios de fluxo de caixa, verifica-se se todos os lançamentos realizados nos controles da organização constam nos extratos bancários, por data e valor concordantes.

Essa técnica de conciliação se apresenta, então, como uma ferramenta de controle e organização das movimentações financeiras da entidade que transitam por uma conta bancária, auxiliando na administração da tesouraria.

A realização da conciliação bancária evita que ocorram erros ou permite sua rápida identificação e correção, a identificação de entradas e saídas do caixa da organização por meio das informações dos extratos bancários e garante que os saldos bancários estão corretos, sendo isso fundamental para se realizar eficientemente os controles de fluxos de caixa.

O modelo adotado pela organização para controlar o fluxo bancário deve prever a emissão de cheques, monitorando a data de desconto. Ainda Magnus (2007), citando Sanvincente (1983), para maior transparência e a fim de evitar desvios e fraudes, os cheques devem ser nominais ao credor, emitidos com cópia e, se possível, assinados por duas pessoas.

2.7. CONTAS A RECEBER E A PAGAR

As contas a receber são “entradas de caixas provenientes de recursos vindos da atividade exercida pela entidade através de doações das pessoas beneficiadas pela entidade, bem como venda de produtos produzidos, doações de pessoas jurídicas, governo e subvenções” (NEUMITZ, 2013 apud SOUZA et al., 2017).

Para algumas organizações, as contas a receber são os direitos que uma organização tem decorrente da prestação de serviços ou venda de produtos. Neste caso, são criados títulos a receber, contendo o nome do cliente, a data de vencimento e o valor devido. São exemplos desses títulos cheques, notas promissórias e duplicatas. Para outras, como as entidades sem fins lucrativos, são representadas por contribuições ou mensalidades devidas por seus membros, podendo incluir também promessas de doações ou auxílios financeiros.

Um controle eficiente dos valores a receber em um horizonte de tempo pré-definido é importante para que a organização possa ter uma visão clara das receitas futuras previstas, podendo, assim, executar um melhor planejamento das atividades da entidade, e agir estrategicamente em caso de falta ou atrasos nos recebimentos previstos.

Interessa-nos aqui entender que a gestão de contas a receber para uma associação civil sem fins lucrativos, na qual a fonte principal de receita são as contribuições de seus associados, se faz pelo monitoramento das datas de vencimentos das obrigações e pelo controle de pagamento dos valores devidos. Na maioria das vezes, para esse tipo de entidade, não há a emissão de um título de crédito, mas tão somente a expectativa de recebimento na data de vencimento. Esses valores podem ser honrados mediante cheque, pagamento de boletos, depósito em conta ou dinheiro em espécie. Quando em cheques pré-datados, continua-se no monitoramento de contas a receber.

Frezatti (2014) nos ensina que, uma vez se tenha uma data de vencimento de um título, cabe à empresa zelar para que o compromisso seja honrado pelo cliente. Em caso negativo, as ações de cobrança devem ocorrer.

Sobre os valores a receber, os seguintes elementos fortalecem a entrada de caixa da empresa: i) postura clara em termos de pontualidade conhecida e praticada junto à clientela;



ii) estratégia e passos de negociação para casos de atrasos com consequências comerciais asseguradas; iii) sistemas de informações ágeis e confiáveis etc.

Deve-se fazer a leitura de que os mesmos requisitos se aplicam a qualquer organização do terceiro setor, pois, como vista anteriormente, devem gerir seus recursos financeiros de maneira eficaz para poderem alcançar seus objetivos sociais.

Os valores a pagar se referem não só às obrigações com terceiros relativas a produtos e serviços consumidos pela entidade, mas também às obrigações fiscais, sociais e trabalhistas decorrentes das atividades da organização.

O controle das contas a pagar é necessário para que a organização tenha uma previsão dos desembolsos a serem feitos a curto, médio e até longo prazo.

Alver, Silveira e Montagner (2019) esclarece que o controle de contas a pagar tem os objetivos de: i) organizar os compromissos a pagar, obedecendo aos vencimentos; ii) manter as contas em dia; iii) estabelecer prioridades nos pagamentos; iv) não perder de vista os compromissos vencidos e não pagos; v) fornecer informações para o Fluxo de Caixa.

Souza et al. (2017), buscando orientação do SEBRAE, descreve que o controle de contas a pagar possibilita a identificação de todas as obrigações a pagar, quais hipóteses de dificuldades financeiras e como priorizar os pagamentos, evita eventuais perdas de prazo mitigando o risco de pagamento de multas e juros, e além de fornecer informações para alimentar o fluxo de caixa, permite a conciliação com os saldos contábeis. Como se percebe, todas as despesas previstas e obrigações contraídas deverão ser lançadas, detalhadas com clareza e com data certa de vencimento.

Após o pagamento, deve-se adotar uma sistemática de arquivamento dos comprovantes, como Magnus (2007), também buscando boas práticas do SEBRAE, contribui descrevendo que uma forma bastante utilizada para controlar os pagamentos da empresa é lançar os documentos que se tem a pagar e arquivá-los em uma pasta sanfonada, com divisórias relativas aos dias do mês, separando os documentos por dia, de acordo com a data de vencimento. Quando existente, faz-se o lançamento de baixa do sistema informatizado.

2.8. QUADRO DE RECOMENDAÇÕES

Após apresentação teórica dos controles financeiros acima, o Quadro 1 apresenta a relação dos controles aqui estudados, com as respectivas recomendações de referência identificadas na literatura pesquisa.

Quadro 1: Recomendações para os controles financeiros estudados

Controle Financeiro	Recomendações
Orçamento	1 - Elaboração de orçamento global anual - Souza, L <i>et al</i> (2015); 2 - Discriminação de Receitas Próprias x Doações Contribuições - Souza, D. (2017).
Fluxo de Caixa	1 - Relacionar o conjunto de ingressos e de desembolsos de recursos financeiros em determinado período - Zdanowicz (1995); 2 - Possuir clareza, funcionalidade, exequibilidade e custo-benefício favorável - Frezatti (2014); 3 - Abordagem estratégica, permitindo que a organização projete seu resultado financeiro futuro - Frezatti (2014); 4 - Esteja integrado aos outros controles financeiros - Scheuer (2016).
Controle Bancário	1 - Permitir controlar, analisar e conferir as operações bancárias - Almeida (2007); 2 - Uso da técnica de conciliação bancária - (Ribeiro; Timóteo, 2012); 3 - Prever controle na emissão de cheques - Sanvincente (1983 apud Magnus, 2007).
Contas a Receber	1 - Conhecimento das pontualidades no recebimento; 2 - Estratégia de negociação de atrasos; 3 - Sistema de informação ágil e confiável; Todos Frezatti (2014).
Contas a Pagar	1 - Identificação de todas as obrigações a pagar - Souza, L et al (2017); 2 - Sistemática de arquivamento dos comprovantes - Magnus (2007).

Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

Estudados cinco dos principais controles internos financeiros, entende-se que formam um conjunto integrado que permite uma melhor gestão dos recursos financeiros de uma organização.

3. METODOLOGIA

Adotando-se o critério de classificação de pesquisas proposto por Vergara (2000), têm-se, quanto aos fins, uma pesquisa descritiva, e, quanto aos meios, uma pesquisa ao mesmo tempo bibliográfica e documental.

Contribuindo, Teixeira (2009, p.116) diz que "a pesquisa descritiva visa a identificar, expor e descrever os fatos ou fenômenos de determinada realidade em estudo, características de um grupo, comunidade, população ou contexto social".

Dessa forma, este trabalho apresenta-se como uma pesquisa descritiva porque pretende expor as características dos controles internos financeiros adotados pela tesouraria da Loja Maçônica estudada, a fim de conhecê-los, como são confeccionados e utilizados, verificando se estão satisfatórios e adequados aos recomendados na literatura pesquisada, obtendo uma melhor compreensão de sua utilidade e permitindo uma comparação a modelos de referência.

Quanto aos meios, classifica-se como uma pesquisa bibliográfica, sendo descrito por Vergara (2000) como o estudo sistematizado desenvolvido com base em material acessível ao público em geral. Buscou-se, então, conteúdo em material ao alcance, como livros, artigos científicos, monografias e outros trabalhos já publicados.

Também se utiliza de uma pesquisa documental, entendida por Vergara (2000) como uma investigação realizada em documentos conservados no interior de órgãos públicos ou privados, como registros, regulamentos, balancetes, diários e outros. Serão conhecidos e estudados documentos internos da tesouraria da Loja Maçônica estudada, não disponível para o público externo geral.

A abordagem adotada para análise e interpretação dos resultados foi a qualitativa por meio de análise de conteúdo. Conforme Teixeira (2009), a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são requisitos básicos no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o emprego de métodos e técnicas estatísticas.

Nesse sentido, o presente trabalho estuda um processo de controle interno tesoureiro, analisando as práticas adotadas, relatórios confeccionados e gestão praticada, buscando avaliar atributos de qualidade, eficiência e atendimento, sem o uso de métodos estatísticos.

Para a coleta dos dados, a técnica utilizada foi a análise documental. "A análise documental é um procedimento que engloba identificação, verificação e apreciação de documentos que mantêm relação com o objeto investigado" (DUARTE, 2009).

Conforme Mattar (1996) explica, dados primários são aqueles que não foram antes coletados, que são usados com o propósito de atender às necessidades específicas da pesquisa em andamento, enquanto dados secundários são aqueles que já foram coletados e analisados, estando a disposição dos interessados, como livros, artigos, informativos e trabalhos divulgados, como exemplos.

Os dados secundários utilizados foram obtidos através da pesquisa bibliográfica, constituindo-se no primeiro passo para a realização deste estudo. Foram realizadas pesquisas em livros de autores referências na área de finanças, trabalhos e artigos acadêmicos, além de textos diversos relacionados ao tema aqui estudado.

Já os dados primários utilizados para compor este trabalho foram coletados em um caráter qualitativo através de pesquisa documental de tabelas, relatórios de controle financeiros, balancetes, extratos bancários, documentos fiscais e talões de recibo, mas não se limitando a esses, sejam em meios físicos ou digitais, arquivos pela tesouraria da Loja Maçônica estudada no período de janeiro de 2018 a dezembro de 2021.

Podem-se encontrar, nos registros relatórios de recebimento de mensalidades dos membros, extratos de movimentação do caixa, extratos bancários, contas a receber e a pagar, dentre outros.

De posse dos dados documentais coletados, o conteúdo encontrado foi comparado com as propostas teóricas encontradas da bibliografia pesquisada, a fim de concluir pela adequação da prática adotada com a referência teórica.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Loja Maçônica estudada, fundada em 01 de novembro de 1926, é uma associação civil sem fins lucrativos de direito privado, integrante do terceiro setor, tendo como missão a defesa de direitos sociais. É uma unidade autônoma participante de uma organização maior, o Grande Oriente do Brasil - Espírito Santo, que, por sua vez, integra a Federação do Grande Oriente do Brasil, potência maçônica máxima no Brasil a qual a Loja estudada deve obediência ritualística. Atualmente em seu quadro participam 30 associados, os quais são denominados obreiros, os quais atuam nos propósitos sociais da Loja.

A manutenção da entidade se dá pelo pagamento das mensalidades dos obreiros associados, renda auferida de aluguéis de imóveis de sua propriedade e doações recebidas de diversos segmentos ou pessoas da sociedade.

A administração da Entidade é organizada conforme organograma na Figura 1:

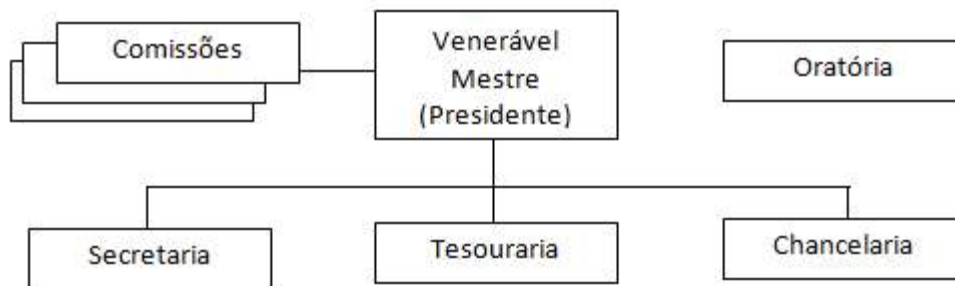


Figura 1: Organização da Loja Maçônica estudada

Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

O Venerável Mestre preside a oficina, tendo a Oratória um papel independente de controle e fiscalização. Comissões permanentes e temporárias auxiliam o Venerável em assuntos diversos com contribuições opinativas, não vinculantes. Abaixo da venerância têm-se 3 pastas executivas que trabalhando para o funcionamento da Loja:

- **Secretaria:** responsável por lavrar as atas de reuniões, manter atualizados os arquivos de atos administrativos, cadastro dos obreiros, emissão e recebimento de expedientes, comunicação com a potência superior, dentre outras atividades, dentre outras atividades;
- **Chancelaria:** ter a seu cargo o controle de presenças, mantendo sempre atualizado o índice de frequência, expedir certificados de presença dos visitantes às reuniões, manter atualizado os registros de controle da identificação e qualificação dos Irmãos do quadro, cônjuges e dependentes, dentre outras atividades;
- **Tesouraria:** arrecadar a receita e pagar as despesas, assinar os papéis e documentos relacionados com a administração financeira, contábil, econômica e patrimonial da Loja, manter a escrituração contábil da Loja sempre atualizada, depositar, em banco determinado pela Loja, o numerário a ela pertencente, cobrar dos Maçons suas contribuições em atraso e remeter prancha com aviso de recebimento, ao obreiro inadimplente há mais de três meses, comunicar a sua irregularidade e cientificar a Loja, responsabilizar-se pela conferência, guarda e liberação dos valores arrecadados pela Loja, dentre outras atividades.



Inicia-se este tópico ao comentar a contabilidade oficial da entidade, que é feita por uma empresa contábil terceirizada. Dentre os serviços prestados por esse escritório de contabilidade, têm-se o controle dos encargos trabalhistas da única funcionária de Loja Maçônica estudada, emissão de seu contracheque e de todos os boletos de encargos trabalhistas, com recolhimentos de INSS, FGTS e DARFs diversos de tributos associados.

Além disso, esse escritório contábil fica responsável pelos relatórios contábeis conforme a legislação pertinente, além da declaração anual do imposto de renda. Esses documentos confeccionados sob responsabilidade da firma contábil forma os relatórios apresentáveis ao público externo, como a Receita Federal do Brasil ou a Delegacia Regional do Trabalho. Esses entes do poder público que exercem o controle externo sob a entidade.

Passando para o controle interno financeiro executado pela Tesouraria da Loja Maçônica estudada, de apresentação ao público interno, foram encontrados nos registros da tesouraria as seguintes documentações de fluxo de caixa, extratos bancários, comprovantes e recibos de pagamentos arquivos e registros de recebimentos dos membros.

Do período de janeiro de 2018 a dezembro de 2021, a tesouraria da entidade registrou todos os recebimentos e pagamentos ocorridos.

Os registros eram realizados diretamente no sistema informatizado, especializado em gestão de lojas maçônicas. Nele, os lançamentos eram feitos, conforme fossem acontecendo, por data do recebimento/pagamento, descrição livre a respeito do fato, tipo categorizado da ocorrência, valor do montante e saldo acumulado.

Na Figura 2 segue um exemplo de um fluxo de caixa elaborado no mês de dezembro de 2018 com o sistema utilizado à época:

FLUXO DE CAIXA

Recurso Financeiro: Caixa da Loja

Período: de 01/12/2018 Até 31/12/2018

Data	Descrição	Tipo	Valor (R\$)	Saldo (R\$)
Saldo Inicial (R\$)				3.611,35
03/12/2018	NOVEMBRO (Referente ao Provedor: Mateus de Paula Marinho)	Aluguel Imóvel Comercial	C 1.300,00	4.911,35
03/12/2018	JANTAR (Referente ao Provedor: Supermercado Conrado)	Dinheiro	D -83,17	4.828,18
05/12/2018	DEZEMBRO (Referente ao Provedor: Mateus de Paula Marinho)	Aluguel Casa	C 550,00	5.378,18
05/12/2018	ÁGUA (Referente ao Provedor: FOGASA)	Dinheiro	D -27,00	5.351,18
05/12/2018	CONTADOR (Referente ao Provedor: Claudio de Souza Ribeiro Ltda)	Dinheiro	D -102,00	5.249,18
05/12/2018	novembro (Referente ao Provedor: GOB-ES)	FAMM	D -1.365,00	3.884,18
06/12/2018	NOVEMBRO/DEZEMBRO (Referente ao Irmão: LUIZ CARLOS SILVA CARVALHO)	FAMM	C 70,00	3.954,18
06/12/2018	NOVEMBRO/DEZEMBRO (Referente ao Irmão: LUIZ CARLOS SILVA CARVALHO)	Mensalidade Loja	C 100,00	4.054,18
06/12/2018	SITE (Referente ao Provedor: Masonweb)	Dinheiro	D -182,40	3.871,78
06/12/2018	Transferência de Conta Corrente para Caixa da Loja	Transferência	C 700,00	4.571,78
06/12/2018	GÁS (Referente ao Provedor: FOGASA)	Dinheiro	D -140,00	4.431,78
07/12/2018	OUTUBRO/NOVEMBRO/DEZEMBRO (Referente ao Irmão: ADILTON OLA VASCONCELOS GONCALVES)	Mensalidade Loja	C 150,00	4.581,78

Figura 2: Relatório Fluxo de Caixa Dez/2018

Fonte: Arquivos da tesouraria da Loja Maçônica estudada

Mensalmente, era gerado um relatório denominado Fluxo de Caixa, mas que, na essência, representava um extrato de movimentação caixa elaborados com auxílio de sistemas de gestão de loja maçônica, os quais auxiliaram na padronização e mitigação de erros.

Nessa metodologia utilizada para se controlar o caixa, não se percebeu um plano de contas associado para melhor discriminação dos lançamentos realizados e posterior análise por grupo de recebimentos/despesas.

Os valores recebidos pela organização, em sua maioria, são depósitos feitos diretamente em sua conta bancária, enquanto os pagamentos são realizados por emissão de cheque, não transitando valores expressivos em espécie na tesouraria. Ainda assim, esta mantém um fundo de caixa para despesas menores e imediatas realizadas em espécie,

necessário para suprir demandas corriqueiras, como materiais de manutenção, execução de pequenos serviços e gastos menores no geral.

Não há um teto ou piso estabelecido para esse fundo de caixa, sendo a reposição feita por meio de saque da conta bancária mediante cheque nominal em nome do tesoureiro, assinado em conjunto pelo presidente da Loja. Quando da transferência de valores desse fundo para a conta bancária, utiliza-se depósito por envelope de autoatendimento ou diretamente na "boca do caixa".

Todos os pagamentos e recebimentos ocorridos têm seus comprovantes arquivados fisicamente, organizados por mês de ocorrência. Apesar de existir o recurso, esses comprovantes não eram digitalizados e carregados no sistema informatizado.

Pode-se perceber que este relatório utilizado pela tesouraria da Loja Maçônica estudada configura-se mais como um extrato unificado de movimentação financeira do Fundo de Caixa e da Conta Bancária. Nele encontram-se registrados todos os recebimentos e gastos realizados no mês, por data, tendo um saldo atualizado a cada lançamento, encerrando com o saldo final no encerramento do mês.

Não foi encontrado nos controles internos financeiros da tesouraria da Loja Maçônica estudada outro relatório de controle que auxilie na gestão do Fluxo de Caixa da organização.

A Loja Maçônica estudada possui três contas bancárias em um Banco Público Estadual, sendo uma conta corrente e duas contas poupanças. A conta corrente é destinada para o recebimento de valores de mensalidades, taxas e doações, bem como dos aluguéis que tem direito. Também por essa conta que são retirados os valores para pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços, mediante a emissão de cheque nominal assinado pelo Tesoureiro e pelo presidente da loja. As duas contas poupanças possuem um volume de movimentação baixo, sendo uma destinada ao acúmulo de um fundo de auxílio mútuo dos associados da entidade, abastecida com depósitos bancários mensais em valor previsto em regimento interno, e a outra destinada ao acúmulo de uma reserva para festividades.

São emitidos, no último dia do mês, extratos bancários das 3 contas, a fim de comparar com os lançamentos registrados no relatório de controle de fluxo de caixa.

Entretanto, quanto aos cheques recebidos e emitidos, é feito um controle simples em relação às datas para desconto, limitando-se a um registro da relação de cheques recebidos em uma planilha eletrônica, apresentado na Figura 3:

Cheques e Promissórias									
Provedor	Tipo	Número	Banco	Valor	Data Receb.	p/ Data	Descrição	Vencido?	Quitado?
Ponto_Loja	Cheque	700131	Sicob	530,00	12/07/2021	04/11/2021	Pagamento débito Aluguel Loja		
Ponto_Loja	Cheque	700130	Sicob	532,00	12/07/2021	04/10/2021	Pagamento débito Aluguel Loja		SIM
Ponto_Loja	Cheque	700129	Sicob	532,00	12/07/2021	04/09/2021	Pagamento débito Aluguel Loja		SIM
Ponto_Loja	Cheque	700141	Sicob	373,00	12/07/2021	09/09/2021	Pagamento débito Aluguel Loja		SIM
Ponto_Loja	Cheque	700140	Sicob	374,00	12/07/2021	09/08/2021	Pagamento débito Aluguel Loja		SIM
Ponto_Loja	Cheque	700122	Sicob	495,50	12/07/2021	23/08/2021	Pagamento débito Aluguel Loja		SIM
Ponto_Loja	Cheque	5044	Banestes	850,00	12/07/2021	26/08/2021	Pagamento débito Aluguel Loja		SIM
Pedro Viana	Promissória	0101		2.750,00	28/05/2021		Deb. s Aluguel Casa da Loja (Pedro Viana)	SIM	
Celso Rizzi	Promissória			6.000,00			Empréstimo	SIM	2.000,00
Geraldo Pacheco	Promissória			3.000,00	14/05/2021		Empréstimo		5/6
Ponto_Loja	Cheque			105,00	01/03/2021	02/09/2021			SIM
Ponto_Loja	Cheque	700150	Sicob	633,00	01/03/2021	30/09/2021	Pagamento débito Aluguel Loja		SIM
Ponto_Loja	Cheque	850619	Banco do Brasil	104,00	01/03/2021	02/10/2021	Pagamento débito Aluguel Loja		SIM
Ponto_Loja	Cheque	700151	Sicob	632,00	01/03/2021	30/10/2021	Pagamento débito Aluguel Loja		SIM
Ponto_Loja	Cheque	4080	Banestes	83,00	01/03/2021	31/10/2021	Pagamento débito Aluguel Loja		SIM
Celso Rizzi	Cheques	10 cheques	Banco do Brasil	1.235,00	18/03/2021	de out/21 a jul/22	Débitos com a Loja		3/10
Renan Brasil	Cheques	3 cheques	Bradesco	300,00	23/03/2021	de out/21 a dez/21	Débitos com a Loja		SIM
Luiz Carlinhos	Cheque	1 cheque	Caixa	343,00	23/03/2021	07/10/2021	Débitos com a Loja		SIM
Ponto_Loja	Cheque	2154	Banestes	240,00	01/10/2021	30/09/2021	Pagamento débito Aluguel Loja		SIM
Ponto_Loja	Cheque	700152	Sicob	498,00	01/10/2021	21/10/2021	Pagamento débito Aluguel Loja		SIM
Ponto_Loja	Cheque	2153	Banestes	237,00	01/10/2021	30/10/2021	Pagamento débito Aluguel Loja		SIM
Ponto_Loja	Cheque	700153	Sicob	498,00	01/10/2021	21/11/2021	Pagamento débito Aluguel Loja		SIM
Ponto_Loja	Cheque	700154	Sicob	498,00	01/10/2021	21/12/2021	Pagamento débito Aluguel Loja		SIM
Ponto_Loja	Cheque	700155	Sicob	498,00	01/10/2021	21/01/2022	Pagamento débito Aluguel Loja		SIM
Ponto_Loja	Cheque	145	Sicob	500,00	15/11/2021	05/12/2021	Pagamento débito Aluguel Loja		SIM
Gilson Caetano	Cheques	1323	Banestes	289,00	02/12/2021	20/12/2021	Débitos com a Loja		SIM
Gilson Caetano	Cheques	1324	Banestes	288,00	02/12/2021	20/12/2021	Débitos com a Loja		
Gilson Caetano	Cheques	1325	Banestes	288,00	02/12/2021	20/12/2021	Débitos com a Loja		

Figura 3: Controle de cheques

Fonte: Arquivos da tesouraria da Loja Maçônica estudada

Nas pesquisas dos registros dos controles internos realizados pela Tesouraria da Loja Maçônica estudada, foram encontrados relatórios que demonstram os recebimentos dos valores de mensalidades, devidos por cada membro da Loja.

Para cada pagamento feito por um integrante à organização, a tesouraria emite um recibo de talão numerado, realizando, em seguida, o lançamento no sistema informatizado. Desde sistema, posteriormente, é possível emitir um extrato individual de cada membro ou um relatório geral contendo os saldos atualizados de todos os associados.

Da análise do processo, identifica-se que todo documento, nota fiscal ou cobrança informal feito à Loja é analisado quanto às formalidades necessárias, como identificação do fornecedor ou prestador de serviço, estar nominal à Loja Maçônica estudada, detalhamento do serviço ou produto a se pagar, e, por fim, o valor claramente discriminado no documento.

Após, estando atendidos esses requisitos, os pagamentos são realizados por cheques nominais aos credores, ou por dinheiro em espécie quando da disponibilidade no fundo de caixa, não importando o tamanho da quantia a ser paga.

O sistema permite emitir relatórios para o controle das contas a pagar por vencimento, por data de emissão, por credor, por tipo de despesa, e permite montar relatórios de acordo com a necessidade do gestor.

Apesar do atual sistema possuir um recurso para controlar as despesas previstas, não foi observado na Tesouraria da Loja Maçônica estudada o uso dessa ferramenta.

Retomando os trabalhos citados no referencial teórico, Magnus (2007) lembra que os controles internos representam um conjunto de procedimentos cujos objetivos representam ajudar a administração nos negócios da entidade. Souza et al. (2017) ensina que dispor de um controle financeiro adequado é essencial para a robustez financeira das organizações.

Assim, podemos compreender que os controles internos financeiros devem atender às necessidades da organização, serem efetivamente realizados e utilizados pelo gestor para que a instituição tenha proveito dessas ferramentas e contribuam para o alcance de seus objetivos sociais.

Estudando esses controles da Loja Maçônica estudada executados no período de janeiro de 2018 a dezembro de 2021, pode-se verificar que existe o controle das atividades financeiras, através de lançamentos de fatos financeiros, confecção de relatórios e utilização de sistema informativa de gestão como apoio. É possível aos gestores conhecerem a realizada financeira da entidade nos seguintes pontos: i) atual posição financeira da organização em valores disponíveis em conta; ii) valores históricos recebidos e pagos; iii) saldo atual de valores a receber dos membros associados e de aluguéis em atraso.

Observa-se, entretanto, que a gestão financeira da entidade se limita ao passado e ao presente, sendo de curtíssimo prazo a visão futura, seja por não se utilizar controles financeiros eficientes que possibilitam avançar na previsão de gastos e recebimentos, seja por não haver pessoal e tempo suficiente para confecção de certos relatórios, como o de contas a pagar e de contas a receber. Em todo caso, priva-se a entidade de uma visão mais clara de sua saúde financeira, abrangendo um horizonte de tempo de médio a longo prazo futuro.

Souza et al. (2017) registram que é recomendável que a gestão elabore um orçamento global para ser aplicado em um exercício anual, sendo peça fundamental para todo o processo de controle financeiro, e, ainda, Souza (2017) caracteriza a necessidade do orçamento discriminar as receitas próprias das vindas de terceiros. Entretanto, foi constatado que a Loja Maçônica estudada não elaborou qualquer peça orçamentária neste sentido entre os anos de 2018 e 2021.

Conforme recomendação de Souza et al. (2015), o Fluxo de Caixa deve relacionar os ingressos e desembolsos dos recursos financeiros de determinado período. Esse requisito é atendido pelos controles da entidade estudada, já que possui uma ferramenta que relaciona as entradas e saídas de recursos financeiros da instituição em um determinado horizonte de tempo.

Lembrando Frezatti (2000), um fluxo de caixa bem estruturado deve possuir clareza, funcionalidade, exequibilidade e custo-benefício na sua confecção. O relatório de controle de fluxo de caixa existente possui uma clareza do presente, mas sem trazer uma visão financeira futura. Possui exequibilidade para sua produção, tanto para a forma como é feita hoje como

para um novo modelo que traga previsibilidade, sendo o custo-benefício favorável mantido por se tratar de pequenas alterações nos controles financeiros da tesouraria sem a necessidade de novos recursos financeiros ou de pessoal.

Frezatti (2014) ainda identificada uma necessidade estratégica para o fluxo de caixa, permitindo que a entidade projete seu resultado financeiro a frente no tempo, o que não foi possível encontrar nos documentos de controle de caixa da Loja. A ausência dessa abordagem não permite uma visão futura do caixa, quando se compara o ritmo de entrada e saída de recursos e o projeta a frente no tempo, perdendo-se, assim, um auxílio importante no planejamento financeiro da organização. Com isso, o atributo de funcionalidade desta ferramenta de controle não é alcançado em sua plenitude.

Por fim, Scheuer (2016) explica que o controle do fluxo de caixa deve estar integrado aos outros controles financeiros, como o de contas a receber e a pagar, o que não pôde ser observado nos relatórios analisados.

Assim, conclui-se pela ausência de um controle do fluxo de caixa eficiente. Existe um relatório, abastecido através dos sistemas informatizados utilizados no período em estudo, mas que demonstra unicamente os registros de entradas e saídas de recursos por data. Ao final de cada mês, é gerado um extrato de movimentação financeira da organização, nele podendo visualizar todos os recebimentos do mês, assim como os pagamentos feitos.

Conforme visto em Magnus (2007) citando Almeida, controle bancário são operações de registros que tem o objetivo de controlar a movimentação financeira da organização junto aos estabelecimentos bancários. O controle bancário realizado na Loja Maçônica estudada é realizado apenas mensalmente, ao final do período quando então são emitidos os extratos mensais de suas contas junto ao banco utilizado.

Também temos em Timóteo (2012) a necessidade de uso da técnica de conciliação bancária, a qual não é praticada pela entidade estudada.

O processo de controle bancário da Loja Maçônica estudada apresenta-se como um processo suficiente para os recebimentos e pagamentos quando não envolvem cheques. Para os emitidos e recebidos, a entidade carece de um processo mais eficaz. Encontraram-se nos acervos da tesouraria exemplos de cheques emitidos, porém sem um acompanhamento ou registro da data de desconto, em desconformidade com as recomendações de Sanvincente (1993) citado por Magnus (2007).

Da mesma forma, os cheques recebidos são lançados de formas diferentes. Para aqueles recebidos como pagamentos dos membros referentes às mensalidades e demais valores devidos, é adotado o lançamento no regime de competência, quando o lançamento leva em consideração o fato do recebimento da ordem de pagamento, enquanto os cheques recebidos dos inquilinos são lançados pelo regime de caixa, quando o lançamento é feito quando da efetiva compensação bancária. Duas formas antagônicas encontradas para se controlar a mesma forma de pagamento leva a não padronização e prejuízos em análises da gestão financeira.

A Loja Maçônica estudada possui um registro sistemático dos valores recebidos por cada membro, bem como pelos inquilinos, sendo emitidos recibos numerados, com posterior lançamento dos recebimentos no sistema informatizado. Porém, não se revelou a prática de mapeamento de valores a receber, sejam dos membros, sejam dos inquilinos. Uma estratégia de negociação dos valores em atraso descrito por Frezatti (2014) também está ausente nesta entidade.

Frezatti (2014) ainda prevê o uso de um sistema de informação ágil e confiável para gerir os recebíveis da instituição. O sistema informatizado atualmente utilizado possui um módulo denominado "Contas a Receber", não sendo, entretanto, utilizado no período analisado. A utilização dessa ferramenta existente no sistema informatizado permitiria projetar as receitas estimadas da organização, podendo-se, com isso, confrontar com as despesas futuras no fluxo de caixa.



Conforme orientações de Souza et al. (2017) buscadas no SEBRAE, o controle de contas a pagar permite registrar, verificar e analisar os pagamentos realizados e os a vencer. É uma ferramenta para se prever quantidades futuras de desembolsos, permitindo, assim, um planejamento financeiro, contribuindo ainda para uma melhor gestão do fluxo de caixa.

Na Loja Maçônica estudada, o controle de contas a pagar atende parcialmente às recomendações desses autores, mas limita-se ao período mensal para a maioria das despesas, possuindo apenas um mapeamento anual para poucos compromissos, como o salário ordinário da única funcionária, mas mesmo assim se programação para férias e 13º salário.

No sistema informatizado existe a ferramenta de "Contas a pagar", mas que não nunca foi utilizado no período estudado. Se trabalhado esse controle, haveria a possibilidade de projetar as despesas vindouras em um horizonte até anual, permitindo assim identificar períodos futuros com maior demanda financeira.

No controle de contas a pagar, é atendido a sistemática de arquivamento dos comprovantes, como preconizado no trabalho de Magnus (2007).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O resultado deste estudo permitiu responder à questão de como os controles internos financeiros adotados na Tesouraria da Loja Maçônica estudada estão sendo executados, tendo-se como resposta, diante de tudo que foi apresentado, a identificação de desvios e não-conformidades nos controles internos na organização objeto de estudo, não permitindo, assim, a plena eficácia de seus procedimentos.

Após a conclusão deste trabalho, recomenda-se as seguintes adequações necessárias para a entidade estudada, assim como para outras similares: i) adoção de um modelo de gestão do fluxo de caixa em que permita uma projeção futura dos saldos das contas em função do ritmo de entrada e de saída de recursos financeiros; ii) elaboração de um relatório de conciliação bancária abrangendo o controle de cheques emitidos e recebidos considerando sua data de desconto; iii) início imediato do controle de contas a receber e a pagar através do uso da ferramenta do sistema informatizado existente; iv) elaboração de um orçamento anual prevendo receitas e fixando gastos, permitindo, assim, obter uma ferramenta de gestão financeira de grande valia para a organização.

Interessante sugerir, também, estender essas recomendações a outras lojas maçônicas que adotam formas de controle interno financeiro similares.

Assim, o objetivo proposto neste estudo pôde ser cumprido, de maneira razoável. Entretanto, devido ao exíguo espaço de tempo no cronograma acadêmico, não foi possível aprofundar na literatura em busca de outras fontes de consulta, especialmente sobre a Maçonaria, entidade com poucos trabalhos acadêmicos a respeito.

Neste trabalho, pôde-se conhecer as lacunas e desvios dos controles internos financeiros exercidos pela Loja Maçônica estudada, recomendando-se correções dos desvios, sem, entretanto, poder alcançar um modelo teórico de controle financeiro dedicado a lojas maçônicas.

Sugere-se, assim, para maior contribuição a uma entidade pouco explorada pela administração científica, a indicação de pesquisas futuras sobre a gestão de lojas maçônicas, e, mais especificamente, na administração financeira dessas entidades sem fins lucrativos como forma de complementação e continuidade deste trabalho.

6. REFERÊNCIAS

ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais. **Manual de Administração Jurídica, Contábil e Financeira para Organizações Não-Governamentais**. São Paulo: Petrópolis. (2003).

ALVER, Juliani Karsten; SILVEIRA, Rafael da Silva; MONTAGNER, Fernanda. **Avaliação do controle interno financeiro no contas a receber e a pagar: um estudo de caso em uma indústria arroseira**. Revista de Contabilidade Dom Alberto, v. 8, n. 16, p. 61-94, 05 dez. 2019.

- ARAÚJO, Osório Cavalcante. **Contabilidade para organizações do terceiro setor**. Atlas, 2005.
- DUARTE, Jorge. BARROS, Antonio. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas; 2009. p. 269-79
- FERNANDES, Simone Ramiro Silva. **Administração de projetos sociais em ONGs e na grande loja maçônica de Brasília: uma visão de resultados**. 2006. 40 folhas. Monografia do Curso de Administração: Centro Universitário de Brasília, Brasília/DF, 2006.
- FREZATTI, Fábio. **Gestão do fluxo de caixa diário: como dispor de um instrumento fundamental para o gerenciamento do negócio**. São Paulo: Atlas, 1997.
- FREZATTI, Fábio. **Gestão do Fluxo de Caixa: Perspectivas Estratégicas e Tática**, 2ª edição. São Paulo: Atlas, 2014.
- MAGNUS, Cristina de Oliveira. **Controle interno financeiro em uma entidade sem fins lucrativos**. 2007. 49 folhas. Monografia do Curso de Ciências Contábeis: Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.
- MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing: edição compacta**. São Paulo: Atlas, 1996
- MATTOS, C. de C.; MARIANO, R. P. Controle interno: Uma abordagem teórica. **Contabilidade Vista e Revista**, v. 15, n. 3, p. 27-44, dez. 1999.
- PEREIRA, Jose Antônio Maciel; DE JESUS, João Damasceno. **DIAGNÓSTICO E PROPOSTAS PARA UMA LOJA MAÇÔNICA: Um Estudo de Caso de aplicação de ferramentas de gestão**. Revista Ciência & Maçonaria, v. 8, n. 1, 2022.
- RIBEIRO, Livia Maria de Pádua; TIMÓTEO, Adriana Conceição. **A Adoção dos controles internos em uma organização do terceiro setor como sustentabilidade econômica: um estudo de caso em uma associação de Minas Gerais**. Revista Contemporânea de Contabilidade, v. 9, n. 17, p. 61-82, 2012.
- SCHEUER, Ivanildo; BASSO, Lauri; DIDONÉ, Marcelo Luis. **Fluxo De Caixa Para Entidade Sem Fins Lucrativos**. Salão do Conhecimento, 2016.
- SILVA, Adelphino Teixeira da. **Administração & Controle**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1977.
- SOUZA, Davidson Benício de. **Contabilidade do terceiro setor**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2017.
- SOUZA, Lieda, ARAÚJO, Daniele, LIMA, Gerson, & OLIVEIRA, Jaqueline. Proposta de controles financeiros para organizações do Terceiro Setor. Revista **Terceiro Setor & Gestão de Anais-UNG-Ser**, v. 11, n. 1, p. 88-106, 2017.
- TEIXEIRA, Enise Barth. ZAMBERLAN Luciano. RASIA, Pedro Carlos. **Pesquisa em administração**. – Ijuí : Ed. Unijuí, 2009. – 232 p.
- VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2000.
- ZDNOWICZ, José Eduardo. **Fluxo de caixa: uma decisão de planejamento e controle financeiro**. 6.ed. Porto Alegre; Sagra-DC Luzzatto, 1995